



CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS (CTPLAN)
Ata da 35ª reunião, realizada em 23 de junho de 2017

1 Em 23 de junho de 2016, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica de Planos
2 (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da
3 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
4 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e
5 suplentes: o presidente Flávio Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências
6 Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
7 Representante do poder público estadual. Fernando Silva de Paula, da Agência
8 Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário
9 do Estado de Minas Gerais (Arsae). Representantes dos usuários de recursos
10 hídricos. Dênio Drummond Procópio, da Companhia Energética de Minas Gerais
11 (Cemig); Paulo Emílio Guimarães Filho, da Companhia de Saneamento de
12 Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da
13 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Deivid Lucas de
14 Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);
15 Leonardo Guimarães Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de
16 entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos. Gustavo Bernardino
17 Malacco da Silva, da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo
18 Mineiro (Angá); Gustavo Tostes Gazzinelli, do Fórum Nacional da Sociedade
19 Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Cláudio Jorge Cançado, do
20 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG).
21 Assuntos em pauta. **1) ABERTURA.** O presidente Flávio Pimenta de
22 Figueiredo declarou aberta a 35ª reunião da Câmara Técnica de Planos. **2)**
23 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Leonardo Guimarães
24 Ribeiro: “Eu gostaria de mencionar um evento que a Fiemg está fazendo.
25 Ontem, teve um evento sobre gestão hídrica, que teve algumas falas muito
26 interessantes da Braskem e da Ambev. Ambas as empresas identificaram que
27 os maiores riscos hídricos estão relacionados à gestão e à necessidade de
28 fortalecimento das instituições, como o IGAM, por exemplo, para garantir o uso
29 múltiplo da água que nós defendemos. E percebemos essa dificuldade. Essas
30 empresas identificaram que, às vezes, muito mais do que trabalhar no reuso
31 interno, que já está em níveis bons, começar a partir para iniciativas que
32 buscam envolver as comunidades do entorno ou mesmo parcerias com as
33 empresas de saneamento, para reduzir as perdas no sistema de distribuição.
34 Pelo que nos foi passado, no sistema PCJ de distribuição, as perdas equivalem
35 a 60% da demanda industrial de água da bacia. Então cabe essa menção para
36 nós também começarmos a perceber que é interessante essa mudança de
37 percepção. Eu acho que a CTPLAN poderia começar a pensar em trabalhar

38 nisso também, para realmente planejar e buscar a segurança hídrica, que é
39 desejo de todos. Às vezes, discordamos da técnica, mas nós temos o objetivo
40 comum.” **3) EXAME DA ATA DA 34ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a
41 ata da 34ª reunião da Câmara Técnica de Planos, realizada em 16 de setembro
42 de 2016, com abstenções dos conselheiros representantes do Crea e da
43 Copasa. **4) PROPOSTA DE AGENDA PARA AS REUNIÕES DA CTPLAN NO**
44 **ANO DE 2017.** A Câmara aprovou por unanimidade a agenda de reuniões para
45 o ano de 2017, nos termos apresentados pela Secretaria Executiva, com
46 supressão das datas previstas para julho e dezembro. **5) DISCUSSÃO DA**
47 **PROPOSTA DE SEMINÁRIO SOBRE ÁREAS DE RESTRIÇÃO DE USO NO**
48 **ÂMBITO DOS PLANOS DIRETORES DE RECURSOS HÍDRICOS.**
49 **Apresentação: IGAM.** Robson Rodrigues dos Santos, gerente de Planos de
50 Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos de Águas/IGAM, fez
51 exposição à Câmara sobre a proposta de realização de seminário sobre áreas
52 de restrição de uso no âmbito dos Planos Diretores de Recursos Hídricos, nos
53 dias 16 e 17 de agosto ou no mês de setembro, em datas a serem definidas.
54 Contribuições apresentadas pelos conselheiros. O presidente Flávio Pimenta de
55 Figueiredo sugeriu apresentação da situação atual das áreas de preservação
56 permanente nas bacias hidrográficas da região semiárida. Ele mesmo seria o
57 palestrante. O conselheiro Guilherme da Silva Oliveira considerou o seminário
58 importante e alertou que irá “cair o problema mais uma vez na área rural
59 restringindo mais ainda o uso”. “Além dos usos que já tem o Código, APP,
60 reserva, topo de morro, unidades de conservação. Eu acho que deve ser feito
61 esse seminário, mas essa restrição de uso eu acho que tem que ser colocada
62 também com a parte técnica, e não só restringir o uso, mas buscar o uso
63 adequado daquela área. Porque às vezes tem um rio com a classe A, e a
64 agricultura já está lá há cem anos, e o rio continua classe A. Então não só
65 restrição, mas a adequação do manejo daquela área em si, utilizando o ZAP
66 (Zoneamento Ambiental e Produtivo), o ISA (Indicadores de Sustentabilidade
67 em Agroecossistemas). Presidente Flávio Pimenta de Figueiredo: “Seria
68 provocar o grande problema aqui, conceituação de área de restrição, e propor o
69 manejo dessas bacias, de acordo com cada região.” O conselheiro Gustavo
70 Tostes Gazzinelli solicitou que nas próximas apresentações a Secretaria
71 Executiva encaminhe o material previamente aos conselheiros, para
72 conhecimento. Considerou também que faltou a ficha técnica de todos os
73 palestrantes sugeridos. Avaliou que há repetição de palestrantes com o mesmo
74 perfil técnico e considerou a necessidade de inclusão de alguém para expor
75 sobre turismo e lazer. “Inclusive na Lei 13.199, quando faz referência a rios de
76 preservação permanente, fala para essa finalidade também. Tem tanto a
77 questão do abastecimento público, a questão do lazer e do turismo e a questão
78 biológica, que ficou mais amarrada na proposta de discussão. E eu acho que
79 não é nem questão de se fazer contraponto, nós precisamos ter alguém que fale
80 como é importante a área de restrição de uso para a atividade econômica. No

81 meu ponto de vista, por exemplo, analisando as outorgas dos rios das Velhas e
82 Paraopeba, percebemos que toda atividade que exige um uso de água melhor
83 não pode contar com aquela água. Em toda atividade agroindustrial e industrial,
84 com raríssimas exceções, a água usada é a subterrânea. Então vemos como é
85 importante a restrição de uso em determinadas situações até para fins de
86 atividade econômica. Porque o Estado chegou a esse ponto em que os rios, em
87 algumas regiões, estão tão ruins que ninguém confia mais naquelas águas. O
88 setor econômico não confia, e aí tem que colocar poço para puxar a água e ter
89 uma água menos pior. Então eu acho que teria que mostrar como isso é
90 relevante para a economia.” O conselheiro Deivid Lucas de Oliveira considerou
91 que a discussão é complexa e está sendo tratada no Conselho Nacional de
92 Recursos Hídricos de “uma forma um pouco diferenciada. “Aqui nós estamos
93 discutindo restrição de uso como diretriz do plano diretor, e lá a discussão é
94 restrição de uso para outorga.” O conselheiro avaliou como equivocada a
95 inclusão de item para apresentação da visão do Ministério Público,
96 considerando que trata-se de um seminário técnico, e propôs que o próprio
97 IGAM fizesse a apresentação da situação atual das bacias em Minas Gerais ou
98 mesmo a Agência Nacional de Águas (ANA), para apresentação do contexto
99 nacional. “Eu acho importante a participação do Ministério Público, mas no
100 aspecto da interpretação da lei, porque cada setor interpreta de uma forma. Mas
101 não podemos esquecer de que a própria lei estabelece que o uso é múltiplo. Se
102 chegou o momento em que a demanda é maior do que a oferta, a alternativa é
103 fechar a torneira. Então tem que colocar essas restrições e estabelecer critérios.
104 Eu considerei a apresentação também muito acadêmica e vejo que temos que
105 colocar na programação a discussão de qual é a visão da sociedade civil, a
106 visão da indústria, da irrigação, porque aí teremos um debate rico para
107 esclarecer e trazer experiências. Eu acho que temos que ouvir todos os setores
108 para sair um produto de uma forma positiva e bem consolidada, para atender
109 todos os usos.” Presidente Flávio Pimenta de Figueiredo: “Um dos grandes
110 problemas que estamos tendo hoje é a questão da outorga baseada na Q-7,10,
111 que muitas vezes considera a vazão dos rios em anos anteriores. Ou seja,
112 estamos passando por cinco anos de seca em que vazões foram liberadas com
113 o rio seco, e os que eram perenes passaram a ser efêmeros e até intermitentes.
114 São observações muito pontuais de regiões, e talvez fosse uma discussão
115 interessante para trazermos. Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva:
116 “Eu acho que não podemos confundir prioridade de outorga com restrição de
117 uso, que são dois debates diferentes. O que está acontecendo no Paranaíba é
118 priorização de outorga. O que debatemos, há vários anos, que poderia levar a
119 restrição de uso, infelizmente, o setor econômico não quis que discutíssemos a
120 questão das hidrelétricas com a preservação ambiental no Paranaíba.
121 Infelizmente, não tivemos maturidade para avançar. O segundo ponto é lembrar
122 que esta Câmara montou uma comissão em relação a isso, e os conselheiros
123 poderiam trazer os nomes. Já tinha essa comissão para se encaminhar os

124 nomes há mais de seis meses. E o IGAM poderia ter também disponibilizado
125 antes. Mas de resto o IGAM fez seu papel. E eu gostaria de manter que esse
126 seminário fosse técnico. Não estamos tendo espaço técnico para discussão nas
127 Câmaras. Então entrar na discussão a visão da Fiemg e da sociedade civil, me
128 desculpem, mas eu acho que o papel é desta Câmara. E eu vou batalhar para
129 que esse seminário seja extremamente técnico. Se o MP não der uma visão
130 técnica, eu concordo que deveria sair. Eu acho que a primeira etapa do
131 seminário é o nivelamento de informações, trazer os especialistas que
132 trabalham com o tema, e nós ficarmos em uma discussão mais técnica para
133 municiar o IGAM e todos os atores que estão aqui.” Em seguida, o conselheiro
134 sugeriu nomes a serem avaliados e reforçou a ideia de abranger a área de
135 turismo. Comentou ainda que, em relação ao uso múltiplo, “deve ser
136 considerado quando todos cabem na mesma bacia, de uma forma ordenada, e
137 não quando alguém vai perder”. “O que nós percebemos no PN3, claramente, é
138 que tem um impacto direto nos ecossistemas aquáticos, para a irrigação e
139 outros usos que demandarem ali captação de água, e então se faz uma
140 escolha. O uso múltiplo são várias facetas, e temos que trabalhar isso bem para
141 haver essas dúvidas. Na questão da irrigação, é fato que em algum momento o
142 setor vai perder, porque o abastecimento público vira prioridade. E existem
143 áreas de recarga em que está instalado (o setor de irrigação). Nós temos que
144 começar a pensar que as áreas de recarga onde algumas atividades
145 agrossilvopastoris estão instaladas causam impactos. Nós sabemos que dentro
146 dessa discussão existem áreas estratégicas para abastecimento público. E não
147 só o agronegócio, mas um grande empreendimento imobiliário pode impactar a
148 água da região metropolitana de Belo Horizonte. É outro debate. Nós vamos ter
149 que debater isso com seriedade. Boa parte das experiências que temos
150 acompanhado hoje pelo mundo tem feito uma opção inteligente de preservar
151 suas áreas de recarga. Como fazer isso e de que forma criar os mecanismos?
152 Eu concordo que, para as atividades já instaladas, possamos trabalhar uma
153 transição. E a questão econômica quem tem que pagar é a sociedade. E por fim
154 quem será restrito e quem definirá a restrição. Esse é um debate que nós temos
155 que fazer. Nós vamos precisar da ANA, do jurídico do IGAM e talvez de uma
156 visão de fora para entender até a competência, se é do Conselho Estadual de
157 Recursos Hídricos ou do Comitê de Bacia.” O conselheiro Gustavo Tostes
158 Gazzinelli destacou os arts. 3º e 4º da Lei 13.199: “O art. 3º diz que ‘na
159 execução da Política Estadual de Recursos Hídricos, serão observados: I - o
160 direito de acesso de todos aos recursos hídricos, com prioridade para o
161 abastecimento público e a manutenção dos ecossistemas;’ E o art. 4º: ‘O
162 Estado assegurará, por intermédio do SEGRH-MG, os recursos financeiros e
163 institucionais necessários ao atendimento do disposto na Constituição do
164 Estado com relação à política e ao gerenciamento de recursos hídricos,
165 especialmente para: inciso VII - instituição de sistema estadual de rios de
166 preservação permanente, com vistas à conservação dos ecossistemas

167 aquáticos, ao lazer e à recreação das populações;’ Então eu acho que
168 elementos legais para incluir nessa agenda tanto a questão do abastecimento
169 público quanto do lazer da população estão muito claros na própria Lei 13.199,
170 que é a nossa lei estadual maior.” O conselheiro considerou ainda que, caso a
171 intenção seja a criação de um grupo de trabalho após a realização do
172 seminário, que seja criado desde já e que o seminário esteja dentro da
173 programação do GT. Sugeriu ainda: “Eu acho que faltou também um turno para
174 se discutir a realidade das bacias, e não só do semiárido, mas do São
175 Francisco, do Doce, das maiores bacias, daquelas que estão mais impactadas.
176 Nós estamos aqui para apontar caminhos, ações, apresentar diagnósticos, onde
177 é preciso ter mais restrição de uso. E restrição de uso, principalmente, creio eu,
178 em lugares que não foram impactados ainda ou naqueles em que a situação é
179 tão grave que se precisa tomar uma medida ou se torna insustentável tanto a
180 parte social quanto a econômica da bacia. Por fim, eu acho que estamos
181 precisando de mais Ministério Público e não menos. Mas da forma como está a
182 agenda está parecendo que a grande abertura do seminário é do Ministério
183 Público, mas na realidade é do IGAM. O Ministério Público é uma das poucas
184 instituições que defendem que a lei seja cumprida, ao contrário de várias outras
185 que lutam para que não seja cumprida no que toca à necessidade de ter
186 limitações em certos lugares.” Luciano José Alvarenga, do Ministério Público,
187 apresentou sugestões. Quanto ao tópico ‘visão do Ministério Público’, informou
188 que a intenção é trazer contribuição à discussão jurídica sobre o tema. Sobre a
189 restrição de uso, pontuou que “esse instituto tem um fundamento constitucional,
190 que é conceito de espaço territorial especialmente protegido”. “Ou seja, um
191 espaço delimitado. Nessas áreas tem que haver uma delimitação e um tipo de
192 regulação. E a restrição, no sentido jurídico, vem para regular liberdades, tanto
193 a liberdade de quem quer preservar a natureza, mas também a liberdade de
194 quem usa dos bens ambientais para processos produtivos. A intenção é trazer
195 segurança jurídica, inclusive para os setores produtivos. A minha contribuição
196 para que avancemos é que haja, como produto dessa discussão, uma carta de
197 proposições, com uma síntese do resultado dos trabalhos.” Joselaine
198 Filgueiras/IGAM sugeriu apresentação do panorama dos conflitos por água
199 identificados em Minas Gerais, para subsidiar a definição de áreas de restrição.
200 O conselheiro Deivid Lucas de Oliveira reforçou sua posição de que deverá ser
201 um seminário de caráter mais técnico e comentou que restrição de uso e
202 outorga “são assuntos distintos, mas um depende do outro”. “Se tem uma
203 restrição no plano diretor, não vai ter outorga para os futuros usuários, as
204 outorgas vão ser indeferidas. A Fiemg tem trabalhando nos últimos anos muito,
205 principalmente, para regularização das empresas. O nosso papel aqui é
206 contribuir da melhor forma possível, levar orientação para o empreendedor da
207 indústria e mineração do que é possível fazer e o que não é possível. Mas
208 nunca acobertar e colocar de uma forma equivocada de que isso não pode. No
209 caso das PCHs no Triângulo Mineiro, a nossa opinião é que o uso tem que ser

210 múltiplo.” Por fim, o conselheiro destacou que não propôs a exclusão do
211 Ministério Público, mas o ajuste da programação visando apresentação dos
212 aspectos técnicos sobre o tema. Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira: “O
213 setor está lutando para continuar tendo água para todo mundo. A água é
214 fundamental para a agricultura, então nós queremos é regar de uma forma
215 mais consciente, que não deixe de atender também a agricultura. Quanto à
216 poluição, não estamos falando que o setor não atrapalha a qualidade da água,
217 ele tem suas mazelas, mas, em geral, o problema de qualidade não é do setor
218 rural.” O conselheiro sugeriu ainda uma palestra para esclarecer o quanto é
219 restritivo o critério Q-7,10 usado em Minas Gerais. “Mostrar a importância da Q-
220 7,10 para a vazão ecológica dos rios, o que outros Estados não usam e a ANA
221 também não usa.” Sugeriu também uma discussão de como fazer a restrição de
222 uso estar vinculada ao programa de pagamento por serviços ambientais. “Como
223 manter? Não é só restringir. Queremos manter a qualidade da água e o volume
224 da água. Esse é o sonho de todo mundo aqui. E na cidade nós vamos restringir
225 o uso só onde a qualidade está boa? E onde a qualidade está ruim não iremos
226 melhorar essa qualidade? O rio das Velhas vai continuar como está, não se vai
227 restringir jogar esgoto dentro do rio? No Paraopeba, não vamos restringir?
228 Então vamos começar de onde está pior ou de onde está bom? Vamos mexer
229 onde está ruim e precisamos melhorar. Então é uma coisa que precisa ser
230 levantada também, onde é a prioridade. Nós temos que restringir onde está
231 ruim, é o primeiro passo. E onde está bom nós vamos atuando de uma forma
232 mais técnica, mais de assistência, de extensão. A minha proposta é colocar
233 alguma coisa nesse sentido na palestra.” Conselheiro Fernando Silva de Paula:
234 “Eu gostaria de chamar a atenção da diferenciação de prioridade e restrição. A
235 Lei 13.199 estabelece que o abastecimento público teria prioridade em relação
236 aos demais usos. Temos que considerar, na composição dos palestrantes no
237 seminário, alguém que possa trazer também essa visão. Nós temos uma
238 situação em que tem de haver uma harmonização na definição dessas áreas
239 com a questão dos planos já existentes e também em elaboração. Por exemplo,
240 tem o Plano Nacional de Saneamento Básico, com algumas metas e
241 progressões que se imaginam ser alcançadas, com universalização de acesso
242 ao abastecimento público, e dentro dessa ótica precisamos considerar alguém
243 que já tenha condições de trazer essa visão para os trabalhos.” O conselheiro
244 sugeriu algum palestrante do Departamento de Engenharia Sanitária da UFMG
245 para trazer subsídios sobre estabelecimento de critérios e técnicas para se
246 chegar à definição das áreas de restrição. “Em relação ao setor agrícola não ser
247 responsável pela poluição das águas, nós sabemos que o maior responsável
248 pela poluição das águas superficiais no Estado, de uma forma geral, é o
249 lançamento de esgoto sanitário. Nós temos um setor que leva a culpa, que é o
250 setor de saneamento. Por outro lado, a qualidade melhora não em decorrência
251 do que cerca aquele curso d’água, que seria uma atividade rural. Aquilo estaria
252 muito mais associado a uma diluição maior ou a outros aspectos, porque a

253 atividade rural também permite aporte de nutrientes. Embora a culpa seja
254 associada aos esgotos, por vezes, processos de eutrofização que têm ocorrido
255 estão associados a nutrientes, e não tem legitimamente estabelecido que vem
256 de esgoto sanitário. Tem muito aporte de fósforo, sobretudo, a partir de
257 fertilização na agricultura. E quanto aos conflitos existentes para o uso da água,
258 muitas vezes, estão associados ao uso também para agricultura familiar. Então
259 o pessoal da Comissão Pastoral da Terra também teria condições de aportar
260 informações relacionadas a isso. E nós gostaríamos de ressaltar que está em
261 fase avançada de elaboração o Programa Nacional de Saneamento Rural, por
262 um grupo extenso de especialistas, coordenado pela Universidade Federal de
263 Minas Gerais, que também poderia ser considerado nesse seminário.”
264 **Encaminhamentos finais.** O conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva
265 sugeriu três eixos para o seminário: 1) Panorama; 2) Conceitos: ecossistemas
266 aquáticos, áreas de recarga, abastecimento público, lazer e turismo; 3)
267 Discussão jurídica da interpretação da lei. Propôs ainda que seja avaliado o que
268 será trabalhado como produto do seminário: uma deliberação ou manual técnico
269 para os Comitês; ou as duas opções. O conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli
270 sugeriu dividir o seminário em três partes: 1) Contextualização: apresentação do
271 do IGAM, conflitos e planos de bacias ou de algumas bacias selecionadas,
272 destacando áreas importantes para recarga hídrica, áreas ecossistêmicas
273 prioritárias e outros aspectos que dizem respeito a potencialidade de restrição
274 de uso nas bacias; semiárido, rios das Velhas e Doce; 2) Caracterização das
275 áreas: discussão conceitual sobre os ecossistemas aquáticos, recarga hídrica,
276 abastecimento e lazer com tempo maior para ecossistemas; 3) Aspectos legal e
277 operacional: incluindo as medidas de compensação fiscal, financeira,
278 pagamento por serviços ambientais etc. Convidar o Ministério Público e outro
279 debatedor para apresentar a visão do setor produtivo. O presidente Flávio
280 Pimenta de Figueiredo fez a seguinte consolidação das propostas: 1)
281 Contextualização: IGAM, planos de bacias, semiárido, rios das Velhas e Doce.
282 2) Conceitos: áreas de recarga hídrica, ecossistemas aquáticos, abastecimento
283 e lazer ou ecoturismo. 3) Aspectos legal e operacional. Houve consenso para
284 que a Secretaria Executiva faça a consolidação das sugestões e envie aos
285 conselheiros, com prazo até a próxima quarta-feira para opinarem. O
286 conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva sugeriu ainda que na
287 discussão dos ecossistemas aquáticos sejam considerados as visões do órgão
288 federal, o panorama de Minas Gerais e o setor externo. Ficou estabelecido por
289 consenso que a comissão para definir o formato final do seminário terá a
290 participação de Flávio Pimenta de Figueiredo, Gustavo Bernardino Malacco da
291 Silva, Luciano José Alvarenga, Robson Rodrigues dos Santos e Paulo Emílio
292 Guimarães Filho. **6) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **7)**
293 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
294 presidente Flávio Pimenta de Figueiredo agradeceu a presença de todos e
295 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

296

297

298

299

300

301

APROVAÇÃO DA ATA

Flávio Pimenta de Figueiredo
Presidente da Câmara Técnica de Planos